

Política

CONSTITUINTE

ULYSSES DESISTE

Até ontem ele lutou por um acordo entre o Centrão e a esquerda. Mas já se convenceu que, agora, só em janeiro.

As 15 emendas que os moderados querem votar

Os líderes do Centrão começaram a enviar a todos os integrantes do grupo na próxima semana um esboço das emendas ao projeto de Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização para que, durante o recesso, eles possam examiná-las e, então, apoiá-las ou retificá-las. Até 4 de janeiro, o grupo pretende que o esboço definitivo das emendas esteja concluído.

As emendas propostas pelo Centrão resumem-se basicamente a 15 pontos. O mais polêmico é a estabilidade no emprego. Segundo o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), que integra o grupo que está elaborando as alterações, é preciso haver proteção contra a demissão imotivada, mas o melhor caminho não é o da estabilidade. A ideia do Centrão é propor a criação de uma proteção ao contrato com uma punição econômica à empresa que, sem motivo, dispense o empregado. Dessa forma, permanecerá o FGTS, e se criaria a indenização proporcional ao tempo de serviço trazendo um ônus ao empregador que evitaria descartar-se um empregado sem motivo.

O grupo dos 32, liderado pelo senador José Richa, também não concorda com a estabilidade proposta pela Sistematização, e oferece três opções de substituição. Primeira: transferir para a legislação ordinária a regulamentação da demissão imotivada; segunda: estabelecer no texto constitucional que o empregador será obrigado a ressarcir economicamente o empregado demitido sem justa causa após um ano de serviço. A terceira opção propõe a indenização progressiva nesses casos. O projeto do relator Bernardo Cabral proíbe a demissão a termo, falta grave e justa causa.

Na questão da hora extra, a ser paga em dobro, conforme propõe a Sistematização, o grupo dos 32 e o Centrão apresentam propostas semelhantes. Ambos concordam que a remuneração em dobro vai onerar a economia e isso vai terminar por refletir no preço ao consumidor. A sugestão do grupo dos 32 é que esta seja regulamentada por lei complementar. O Centrão propõe que a Constituinte apenas diga que a hora extra tem valor supe-

rior a hora normal, deixando que o percentual a mais seja estabelecido pela legislação ordinária.

Também deve ir para a legislação ordinária o período de licença à gestante, na opinião do Centrão. Ainda no capítulo da Ordem Social, o grupo acha que deve ser mantido o período de dois anos após o fato ocorrido para a prescrição do direito trabalhista. Quanto à proibição da intermediação remunerada de mão-de-obra permanente, embora o próprio Centrão não tenha consenso formado sobre isto, a ideia é de se transferir este ponto para a lei ordinária.

O conceito de empresa nacional é outro ponto que tem gerado muita discussão. O Centrão enquadra neste conceito "toda empresa constituída sob leis brasileiras e que tem no País a sua sede e administração, podendo ser de capital brasileiro ou estrangeiro". O grupo dos 32 não concorda com esta tese e diz que considera como uma excessiva abertura ao capital estrangeiro. Os dois grupos pretendem ainda promover alterações em itens referentes à mineração, distribuição de petróleo e seus derivados e proibições de contratos de risco.

Para o deputado Eraldo Tinoco, os capítulos referentes à educação e saúde são muito estatizantes e, portanto, inaceitáveis. Na questão da aposentadoria, os dois grupos condenam a aposentadoria com o último salário, conforme foi aprovado pela Sistematização, e propõem que ela seja integral de acordo com o salário de contribuição, ou seja, no máximo 20 salários mínimos.

A questão dos partidos políticos também não foi vista com bons olhos pelo Centrão. O conjunto de normas aprovado, segundo Tinoco, deixa uma flexibilidade muito grande para a criação de partidos. "Não há dúvida de que deve haver uma pluralidade de partidos, mas uma norma permissiva pode levar a um processo de degradação."

Uma das emendas patrocinadas pelo grupo dos 32 reduz ainda mais o mandato do presidente Sarney, ao invés de deixar o cargo em 15 de março de 1989, como propõe o projeto já aprovado, ele teria que passá-lo ao seu sucessor em 31 de dezembro de 1988.



Foto Roque Sa

Ulysses encerra a última sessão do ano

A CUT ataca o Centrão

Apenas 16 mil dos 150 mil panfletos programados pela Central Única dos Trabalhadores foram distribuídos ontem — dia nacional da panfletagem e pichações — denunciando parlamentares do DF "alinhados à direita da Constituinte, integrantes do Centrão e contrários aos interesses da classe trabalhadora".

A rotativa do Sindicato dos Rodoviários quebrou, frustrando as manifestações da CUT na rodoviária — área de convergência de trabalhadores em Brasília — e das 34 entidades de classe, partidos comunistas e dos trabalhadores, que haviam contribuído com recursos proporcionais ao número de associados para a impressão dos panfletos.

"Sem tristezas", o presidente da CUT/DF, Francisco dos Santos, informou que as manifestações anticentrão irão continuar e já obtiveram compensações: "Verificamos com surpresa que a população do DF, na sua maioria, não conhece os objetivos do Centrão, ou as posições dos deputados Jofran Frejat, Walmir Campelo (PFL) e Marcia Kubitschek, Francisco Carneiro e o senador Meira Filho (PMDB). "Estes parlamentares — continuou o líder da CUT — se apressaram em explicar, através da imprensa, que não comungam as ideias do Centrão. Nos jornais de hoje (ontem) há declarações deles, justificando que se alinham ao Centrão apenas para mudar o regimento interno da Constituinte".

O "centrinho", animado, diz que está crescendo.
Dez parlamentares do PFL que deixaram o Centrão aderiram ontem ao "centrinho" ou "grupo de entendimento". "Se a média continuar essa, logo poderemos rever o quadro", disse o deputado Alcení Guerra, do PFL-PR que já chegou a uma lista de 130 parlamentares em sua agenda.

O bispo não quer briga. Mas acusa.
O presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida, chamado de "canalha de batina" pelo deputado Amaral Neto, PDS, não quer rebater a crítica — "tomaria tempo". Mas acabou reforçando o motivo do ataque, dizendo que é mesmo o Centrão que atrasa os trabalhos constituintes.



O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, desistiu ontem dos entendimentos para o encerramento da votação do Regimento Interno, convocando reunião da Assembleia para o dia 4 de janeiro. O acordo que vinha sendo articulado desde o dia 18 de novembro fracassou irremediavelmente ontem, segundo admitiu Ulysses Guimarães.

"Vou parar tudo e só volto a tentar qualquer acordo se receber solicitação dos líderes para isso", disse ele, acrescentando que "não foi por falta de apelos nem por falta de empenho". Ulysses explicou que foi obrigado a interromper as negociações, porque, enquanto o Centrão alegava não ter em Brasília o número suficiente de integrantes do grupo para deliberar sobre o acordo, a esquerda não abriu mão de ganhar um destaque automático — sem votação — embora não tenha quorum para isso.

A falta de consenso entre as duas correntes, segundo ele, tornou inviável o entendimento. "Vamos aguardar o final do recesso e depois votar, o mais rápido possível, o restante do regimento, para que possamos votar no plenário a futura Constituição." O presidente da Constituinte viaja sábado para os Estados Unidos e só volta ao Brasil no dia 3 de janeiro, na véspera da sessão convocada para a votação do regimento interno. "Ele vai descansar um pouco e reabastecer suas energias para a batalha que terá em plenário no próximo ano" — explicou um assessor.

Desanimado, Ulysses viu-se obrigado a cancelar inclusive a última reunião de negociação, pela ausência da maioria dos parlamentares do Centrão, que já deixaram Brasília. Ele comentou que "infelizmente" todos os esforços foram feitos, mas o fim do ano chegou e não houve solução para o problema.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) concordou com Ulysses em que é praticamente impossível um acordo antes do dia 4 de janeiro, por dois motivos: de um lado, o Centrão que "não demonstra qualquer vontade de começar a trabalhar na Constituição"; de outro, "o pessoal do PT, que não quer retirar emendas por medo de abrir espaço para obstruções futuras". Dos dois obstáculos, Fernando Henrique Cardoso disse que o Centrão é o mais difícil, por usar a tática da postergação para conseguir as 280 assinaturas necessárias para aprovar suas propostas e até mesmo por acreditar que, "empurrando com a barriga, as

eleições do ano que vem possam ser inviabilizadas".

Ele também acusou o grupo de estrelismo, com "muita gente interessada em exercitar a liderança". E concluiu: "É um absurdo ficarmos brigando por regimento tanto tempo quando a população nem sabe o que é isso".

Governadores reclamam

A demora na elaboração do novo texto constitucional "está penalizando o Brasil", afirmou o governador de Alagoas, Fernando Collor, que ontem recebeu a comenda de Grande Oficial da Ordem do Congresso Nacional. Ele não quis culpar ninguém pelo novo atraso, mas sugeriu que todos se sentem "numa mesa para buscar, rapidamente, um entendimento que nos permita ter uma nova Constituição", principalmente para que o País realize, o quanto antes, a eleição presidencial.

Para o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo, os constantes atrasos nos trabalhos constitucionais são "prejudiciais ao encaminhamento natural da vida sócio-econômica e política da Nação". Ele também apelou para que as diversas correntes que atuam dentro da Constituinte resolvam suas diferenças o mais cedo possível. Pedro Ivo quer a urgente promulgação da Constituição para que seja colocada em prática a reforma tributária aprovada na Comissão de Sistematização. O atraso penaliza os municípios, que "não podem promover o desenvolvimento de acordo com suas necessidades".

O governador do Rio, Moreira Franco, concordou: os atrasos estão criando "um sério problema econômico e social, pela indefinição estrutural básica que vivemos hoje". Para ele, existem hoje "130 milhões de brasileiros atônitos, que não podem sequer fazer seu orçamento familiar para o próximo ano".

Moreira Franco, que recebeu a Ordem do Mérito Legislativo, insistiu com Ulysses Guimarães para que as lideranças partidárias retomem as negociações. "A nossa expectativa de entrar 88 com outra realidade financeira já está se frustrando", disse Moreira Franco.

Mas o governador fluminense não está preocupado com a possibilidade de os atrasos na Constituinte inviabilizarem as eleições de 88. Ele lembrou que em 45 Getúlio Vargas foi deposto no dia 18 de outubro e as eleições foram realizadas em 2 de dezembro do mesmo ano.